



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 122/XII/ 2.^a SL

Aos 13 dias do mês de março de 2013, pelas 09:15 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na Anfiteatro ed. Novo do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:15

1. Apreciação e votação da ata n.º 120/XII, relativa à reunião de 6 de março
2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre a empresa VIMECA
3. Apreciação e votação do requerimento do BE para audição do Senhor Presidente do Conselho da Autoridade da Concorrência, para avaliar os atuais instrumentos legislativos e reguladores sobre o setor bancário.
4. Apreciação e votação do parecer referente ao Projeto de Lei n.º 366/XII/2.^a – Garante o direito de acesso aos bens de primeira necessidade Água e Energia (Sexta alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho (Lei dos Serviços Públicos Essenciais) Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)
5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 621/XII/2.^a – Recomenda ao Governo que apoie a recuperação do Mercado do Bolhão através de financiamento comunitário.
6. Nova apreciação do Projeto de Resolução n.º 608/XII/2.^a – Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o relançamento do sector da construção civil.
7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos [COM(2013)18].
Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)
8. Apreciação e votação do Parecer referente sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 912/2010 que cria a Agência do GNSS Europeu [COM(2013)40].
Relator: Deputado Paulo Campos (PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 122/XII/ 2.ª SL

9. Apreciação e votação do Parecer referente ao "Pacote ferroviário", constituído pelas [COM(2013)26], [COM(2013)27], [COM(2013)28], [COM(2013)29], [COM(2013)30], [COM(2013)31].

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

10. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 538/XII/2ª – Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços para que o projeto de reabilitação do Mercado do Bolhão possa ser elegível para efeitos de cofinanciamento comunitário.

11. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 131/XII/2.ª – Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro.

Relator: Cabe ao PS

12. Outros assuntos

10:00

Audiência conjunta com a Comissão de Saúde da Direção do Health Cluster Portugal, para apresentação do Estudo «O Setor da Saúde: da Racionalização à Excelência»

09:15

1. Apreciação e votação da ata n.º 120/XII, relativa à reunião de 6 de março

Submetida à votação, foi a ata n.º 120/XII/2.ª, relativa à reunião de 6 de março, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre a empresa VIMECA

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião que foi agendada para após o final do Plenário deste dia. Foram também adiados para essa reunião os pontos 4 a 12 desta ordem do dia.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 122/XII/ 2.ª SL

3. Apreciação e votação do requerimento do BE para audição do Senhor Presidente do Conselho da Autoridade da Concorrência, para avaliar os atuais instrumentos legislativos e reguladores sobre o setor bancário.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) apresentou o requerimento, reiterando os seus termos e considerando que é necessário ter algum cuidado com estas matérias, uma vez que estão a ser tratadas pelo Ministério Público, mas a Assembleia da República deve preocupar-se com as circunstâncias do financiamento à economia. Defendeu a audição da Autoridade da Concorrência não especificamente sobre o caso em concreto mas sobre os instrumentos legislativos e reguladores em geral, como mecanismo de trabalho para eventuais iniciativas legislativas.

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) afirmou que o seu grupo parlamentar não pode votar a favor deste requerimento. Lembrou que a Autoridade da Concorrência estaria nesse mesmo dia, às 10 horas, numa reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública; argumentou que se trata de matéria que, eminentemente, está na esfera da COFAP; e que há processos que exigem algum recato e prudência. Afirmou partilhar das preocupações do BE, mas em sua opinião não fazia sentido realizar esta audição neste momento, podendo o BE, tal como todos os grupos parlamentares, dirimir as dúvidas que tem sobre esta matéria na reunião da COFAP com a Autoridade da Concorrência.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi defendida a importância de a Assembleia da República acompanhar a situação do sistema financeiro, tendo admitido que o assunto seja tratado no âmbito da COFAP e afirmado que o PCP iria votar a favor desta audição. Lembrou ainda que o Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência só foi ouvido sobre o relatório de atividades de 2011, já com algum atraso, a requerimento do PCP. Considerou também que havia diversas questões importantes a acompanhar relacionadas com o sector automóvel, com a grande distribuição e a produção nacional, com a energia, e que fazia todo o sentido ouvir a Autoridade da Concorrência. Concluiu, sugerindo que a Comissão ouvisse o Presidente da Autoridade da Concorrência antes de ele terminar o seu mandato.

Também o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) usou da palavra, para defender que a Comissão não pode sucessivamente vir a demitir-se das diferentes áreas e outras Comissões a apropriarem-se dessas mesmas áreas, só porque as questões são transversais. Considerou que neste caso estamos perante uma questão de política de defesa do consumidor, que esta



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 122/XII/ 2.ª SL

Comissão não tem tratado com o cuidado necessário. Em seu entender, é uma matéria importante, que tem implicações diretas nos direitos dos consumidores, na concorrência e na fluidez do mercado, devendo ser ouvido o Presidente da Autoridade da Concorrência.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) afirmou que mal andaria a Assembleia da República se fizesse audições com base em suspeitas e intenções. Lembrou que a Autoridade da Concorrência sempre fizera a apresentação do seu relatório de atividades na CEOP e na COFAP e se a Comissão entendia que devia ouvir o Presidente cessante da Autoridade da Concorrência sobre o seu relatório, os sectores automóvel ou da energia, então que seja apresentado um requerimento para o efeito, mas não defende que seja apresentado um requerimento para uma matéria e depois se questione sobre outras. Afirmou que votaria contra o requerimento em apreciação, mas defendia uma audição do Presidente da Autoridade da Concorrência para balanço do mandato o mais rapidamente possível.

Esta proposta oral obteve a concordância imediata do grupo parlamentar do PSD e o Senhor Presidente afirmou que, uma vez que se registava consenso para esta audição do Presidente da Autoridade da Concorrência para balanço do mandato, encetaria diligência para a agendar o mais rapidamente possível.

Submetido o requerimento do BE a votação, foi o mesmo rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

10:00

Audiência conjunta com a Comissão de Saúde da Direção do Health Cluster Portugal, para apresentação do Estudo «O Setor da Saúde: da Racionalização à Excelência»

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Dr. Artur Portela, Diretor do Health Cluster Portugal, que usou da palavra para uma breve intervenção inicial.

De seguida, usaram da palavra os Prof. Doutores Nuno de Sousa Pereira e Álvaro Almeida, para apresentarem o estudo “O setor da saúde: da racionalização à excelência”.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Santos (PSD), Manuel Pizarro (PS), Paula Santos (PCP) e Hélder Amaral (CDS-PP), tendo os coordenadores do estudo respondido às questões levantadas.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 122/XII/ 2.ª SL

Solicitaram esclarecimentos adicionais os Senhores Deputados Conceição Bessa Ruão (PSD), Manuel Pizarro (PS) e Nuno Reis (PSD), os quais foram prestados pelos coordenadores do estudo e pelo Dr. Luís Portela, que também fez uma intervenção final.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de março de 2013.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 122/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Cristóvão Crespo
José Luís Ferreira
Luís Menezes
Paulo Cavaleiro
Ricardo Baptista Leite

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Hortense Martins
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Heloísa Apolónia